

HORA DA VERDADE: ACEITAR OU RECUSAR A AUSTERIDADE PERMANENTE

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA - 15/3/2014



1.

A aproximação do final do programa de ajustamento 2011-2014 é o momento para uma clarificação política essencial.

Essa clarificação não será entre o recurso a um “programa cautelar”, como defende Cavaco Silva e o sector financeiro, e a “saída limpa” invocada pelo governo em função dos seus cálculos eleitorais (por supostamente dispensar os condicionalismos de um “programa cautelar”). De facto, os defensores de qualquer destes caminhos estão unidos sobre o essencial, que é o cumprimento das metas do Tratado Orçamental europeu, com o agravamento da austeridade e o seu prolongamento perpétuo.

Esta identidade estratégica fez entrar em colapso o discurso eleitoral da direita - que pretendia uma contagem decrescente para o “fim do protectorado” -, sob o peso da décima avaliação do FMI, exigindo cortes maiores, das declarações do Presidente da República, anunciando mais vinte anos de subordinação aos credores, e até da ministra das finanças, reconhecendo que a dívida vai continuar a aumentar.

Com programa cautelar ou “saída à irlandesa”, o problema do país é uma elite acomodada e organizadora consciente da destruição da economia nacional e do inexorável declínio da sociedade à luz de qualquer critério de bem-estar, interesse público e civilização. A grande clarificação que hoje se impõe é entre a aceitação e a recusa desse caminho, que é o do Tratado Orçamental europeu.

DÍVIDA: O BLOCO TEM RAZÃO

A prova da natureza predatória da austeridade é o seu fracasso sobre a dívida pública. O endividamento do Estado tem tido a função de pretexto para a intervenção da troika e para a austeridade, mas os que recusaram a renegociação da dívida e assinaram o memorando de entendimento - PS, PSD e CDS - enfrentam hoje um clamor pela renegociação da dívida que atravessa a sociedade portuguesa e todos os setores políticos.

Ao longo dos últimos anos, este foi o grande combate do Bloco de Esquerda. Tínhamos razão em 2011, ao defender a renegociação quando a dívida correspondia a 108% do PIB. Tivemos razão ao longo da intervenção da troika, que elevou esse rácio a 130%. Temos razão hoje, quando a insustentabilidade da dívida é uma evidência consensual que só o fanatismo do governo e o centrismo de António José Seguro teimam em ignorar.

DA TROIKA AO TRATADO ORÇAMENTAL

A tese dos defensores do Tratado Orçamental, de que é possível responder à crise da dívida pública crescente sem renegociação, não tem qualquer credibilidade. Assenta na previsão de taxas de crescimento da economia e saldos positivos ao longo de trinta anos, algo que nunca aconteceu em nenhum país do mundo. O curso da dívida pública nos últimos três anos prova que a receita da austeridade é uma mentira e confirma cabalmente a verdadeira natureza do programa da troika, tal como o Bloco de Esquerda sempre o apresentou: um projeto de transformação social assente na precarização da sociedade através da diminuição dos rendimentos do trabalho e do Estado Social e a privatização de bens públicos.

No final da vigência deste primeiro memorando, a verdadeira clarificação é portanto entre a subordinação do país à estratégia dos credores externos e, por outro lado, a desobediência às instituições europeias, aos seus tratados e, em particular, ao Tratado Orçamental europeu. Assim, a importância das eleições europeias não está nos jogos de poder internos dos grandes partidos, nem na redefinição das carreiras de alguns dos seus reservistas. Pelo contrário, estas eleições são o primeiro momento de um ciclo eleitoral em que o país escolherá entre políticas de esquerda e as forças vinculadas ao Tratado Orçamental. O cabeça-de-lista do PS, Francisco Assis, é uma assumida encarnação deste bloco central.

Esta semana foi a votos no Parlamento Europeu o relatório resultante da Comissão de inquérito às troikas. A maioria parlamentar (direita+PS+Verdes) e tentou fazer parecer que chumbou as troikas ao

mesmo tempo que passava com distinção a política austeritária a eles associada, incluindo recomendações concretas no sentido de prosseguir os esforços de consolidação orçamental nos países sob intervenção. Ao mesmo tempo que reconhece que o modelo da troika não teve legitimidade democrática e que, por isso, é um modelo que não deve repetir-se, o Parlamento procurou assegurar a continuidade do essencial das políticas de austeridade recusando qualquer proposta alternativa para resolver os problemas identificados e reafirmando as metas inscritas no tratado orçamental.

Nestas eleições, o Bloco de Esquerda apresenta uma lista forte, com equilíbrio entre homens e mulheres, militantes do Bloco de Esquerda e cidadãos independentes, gente com profundas raízes no ativismo e nas lutas sociais. Essa lista representa a convergência da esquerda europeia em nome de alternativas à Europa da austeridade. Alexis Tsipras, líder do Syriza grego, marcará presença na campanha do Bloco, que é também sua, enquanto candidato da esquerda à presidência da Comissão Europeia.

2.

A Mesa Nacional saúda o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda pela aprovação do projeto-lei que converte a violação em crime público. A abstenção dos restantes partidos (à exceção do PEV) é uma demonstração do lugar que o Bloco continua a ocupar na conquista de novos espaços de direitos, proteção individual e democracia.

Quando se assinalam os 15 anos de existência do Bloco, cabe recordar o primeiro projeto-lei que o partido aprovou na Assembleia da República. Tal como agora, tratava-se de um tema de direitos individuais e das mulheres - a conversão da violência doméstica em crime público. Tal como agora, foram levantadas objeções sobre a dificuldade de prova do crime ou o perigo de dupla vitimização, mas o Bloco abriu caminho para uma legislação mais moderna e exigente que se consolidou. A Mesa Nacional congratula-se também com a aprovação do projeto-lei do Bloco que tipifica o crime de mutilação genital feminina.

Ainda no plano dos direitos fundamentais, a rejeição da coadção por 5 votos revela a um tempo a pressão do campo conservador e a possibilidade de o dividir. Muito embora esta votação tenha sido uma derrota e uma oportunidade falhada no caminho da igualdade, sabemos que estamos hoje mais

próximos do completo afastamento do preconceito homofóbico da legislação relativa a adoção e coadção. O Bloco empenha-se nessa luta.

As empresas públicas de transporte – Carris, STCP, Metro do Porto, CP e Metropolitano de Lisboa – foram sucessivamente subfinanciadas a partir do Orçamento do Estado. A consequência foi o aumento exponencial do seu endividamento, utilizado agora como argumento para despedir trabalhadores, aumentar os preços e degradar a qualidade do serviço. A reestruturação destas empresas, que inclui também a EMEF, um empresa lucrativa a operar no sector industrial, visa a entrega da sua propriedade e/ou gestão a privados ficando o estado com a dívida. Perde o Estado, perdem os trabalhadores e os cidadãos. Em simultâneo, foi já anunciada a privatização da EGF, detentora de várias empresas que gerem 60% dos resíduos sólidos urbanos. São empresas lucrativas, empregam 2000 trabalhadores e são essenciais para o bem estar humano e ambiental. A sua privatização colocará tudo isto em crise.

A Mesa Nacional opõe-se às privatizações e concessões em curso e saúda os trabalhadores em luta contra estes processos, nomeadamente os trabalhadores da Valorsul, em greve nos dias 17, 18, 19 e 20. A Mesa Nacional opõe-se ainda à liberalização dos despedimentos, aprovada pelo PSD e o CDS na Assembleia da República.

A Mesa Nacional manifesta a sua preocupação em relação à proposta de diploma do Ministério da Educação e Ciência do concurso extraordinário de professores, que não passa de uma falácia por, mais uma vez, não responder às exigências da Lei Geral do Trabalho e à directiva da União Europeia. Tal proposta de diploma traduz-se na manutenção da precariedade docente e numa política de despedimento e exclusão.

3.

SOBRE A SITUAÇÃO NA UCRÂNIA

A Mesa Nacional manifesta a sua preocupação com a evolução da situação na Ucrânia. Diante da militarização do país, em particular na região autónoma da Crimeia, o Bloco sublinha que uma escalada militar terá consequências trágicas a nível regional e que só uma solução democrática pode assegurar uma paz duradoura.

A autonomia e a necessária desmilitarização da Crimeia dependem da neutralidade militar da

Ucrânia. A unidade do país deve assentar nos direitos sociais e culturais das suas diferentes comunidades e na recusa do fascismo, da dominação russa e das instituições da NATO e da União Europeia. Tal como os custos de uma eventual guerra, os planos de austeridade que o FMI e a União Europeia pretendem impor serão pagos pelas populações ucranianas de todas as origens.

A devolução da palavra ao povo ucraniano, com a realização de eleições livres, é um primeiro passo indispensável para uma saída pacífica. O controlo dos recursos próprios da Ucrânia e das suas opções de cooperação internacional deve ser um exercício soberano do seu povo, a quem caberá também afastar as oligarquias que, apoiadas a leste ou a ocidente, levaram a Ucrânia ao empobrecimento e à dependência.

É necessário parar o ciclo de ingerência externa. Nesse sentido, considerando a história recente e a composição da população ucraniana, o diálogo com o governo russo é essencial no desenvolvimento da política europeia para a região. A disputa de influência deve dar lugar à cooperação.

Finalmente, não haverá verdadeira paz e respeito pelos direitos humanos sem a derrota política do fascismo. Os tártaros muçulmanos da Crimeia (deportados por Estaline e regressados à sua região a partir de 1991) temem hoje a dominação russa, mas são também ameaçados pelos nacionalistas ucranianos do Svoboda, no poder em Kiev, tal como pelo "Sector Direito", que diz defender "a cristandade contra as burcas".

O que pode aproximar as populações de toda a Ucrânia é um compromisso com a independência do país, com o respeito dos direitos sociais da sua população, bem como dos direitos culturais e linguísticos dos tártaros da Crimeia e dos ucranianos russófonos.